

Serras do Mel Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Serras do Mel Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serras do Mel Holding S.A. "Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serras do Mel Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aqueles que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração da provisão de desmobilização

Veja a Nota 4(d) e 16 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As controladas da Companhia possuem obrigação contratual, proveniente dos arrendamentos das terras dos parques eólicos, de devolver as terras arrendadas ao término do prazo de vigência do contrato nas condições originais anteriores a implementação dos parques eólicos. A mensuração dessa obrigação requer que a Companhia efetue uma estimativa do custo para a desmobilização dos parques eólicos (considerando a quantidade de aerogeradores instalados, a locação de guias, o transporte dos itens a serem descartados, a mão de obra para desmontagem e a destinação final dos itens descartados), assim como, uma estimativa para determinar a taxa de desconto para apresentar o montante projetado pelo seu valor presente. A Companhia considera a entrada em operação comercial o momento inicial do reconhecimento da provisão para o desmantelamento e estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento na determinação da taxa de desconto e das premissas a serem utilizadas. Devido ao nível de incerteza para a determinação da sua estimativa, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia na determinação da taxa de desconto (taxa livre de risco baseada em bond do governo, nesse caso, títulos da dívida pública do Brasil -NTN para o prazo semelhante ao vencimento do contrato de arrendamento); - Análise das premissas de custos elaboradas pela administração, considerando orçamentos com terceiros obtidos e comparação como outros players do mercado (benchmark); - Recálculo da provisão, considerando a taxa de desconto utilizada pela Companhia e a quantidade de aerogeradores instalados no parque, no final do exercício; - Avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado a mensuração da provisão de desmobilização no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Serra do Mel Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	6.a	85	22	23.661	22.512
Contas a receber	7	-	-	16.184	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	7	16
Tributos a recuperar		-	-	1.699	123
Imposto de renda e contribuição social a compensar		26	-	1.694	38
Despesas pagas antecipadamente	8	2.430	-	4.433	356
Derivativos a receber	24.b	-	-	-	74.603
Outras contas a receber		-	-	17	12
Total do ativo circulante		2.541	22	47.695	97.660
Fundos vinculados	6.b	-	-	2.105	-
Despesas pagas antecipadamente	8	32	10	1.526	10
Investimentos	9	564.509	216.483	-	-
Direito de uso	10	-	-	15.975	11.909
Imobilizado	11	49	49	977.454	421.650
Total do ativo não circulante		564.590	216.542	997.060	433.569

Total do ativo 567.131 216.564 1.044.755 531.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	12	100	25	6.566	87.631
Financiamentos	13	-	-	-	138.067
Adiantamento de clientes	15	-	-	11.767	-
Debêntures	14	17.311	-	17.311	-
Obrigações tributárias		11	3	473	325
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	837	688
Arrendamentos	10	-	-	13	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	23	-	42.070	-	-
Outras contas a pagar		1.107	-	1.973	-
Total do passivo circulante		18.529	42.098	38.940	226.711
Financiamentos	13	-	-	334.342	-
Debêntures	14	136.822	-	136.822	-
Adiantamento de clientes	15	-	-	105.778	116.530
Provisão para desmobilização	16	-	-	4.783	-
Arrendamentos	10	-	-	11.607	11.909
Outras contas a pagar		1.052	-	1.755	-
Total do passivo não circulante		137.874	-	595.087	128.439
Patrimônio líquido	18				
Capital social		431.796	173.896	431.796	173.896
Ajuste de avaliação patrimonial		(8)	2.158	(8)	2.158
Prejuízos acumulados		(21.060)	(1.588)	(21.060)	(1.588)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		410.728	174.466	410.728	174.466
Participação de não controladores		-	-	-	1.613
Total do patrimônio líquido		410.728	174.466	410.728	176.079
Total do passivo e patrimônio líquido		567.131	216.564	1.044.755	531.229

Serra do Mel Holding S.A.**Demonstrações de resultados**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	19	-	-	29.932	-
Custos de operação	20	-	-	(15.002)	-
Lucro bruto		-	-	14.930	-
Despesas gerais e administrativas	21	(410)	(96)	(3.679)	(1.121)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	(14)	-
Resultado com equivalência patrimonial	9	6	(602)	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(404)	(698)	11.237	(1.121)
Receitas financeiras	22	119	-	2.220	513
Despesas financeiras	22	(19.187)	-	(29.115)	(80)
Resultado financeiro líquido		(19.068)	-	(26.895)	433
Resultado antes dos tributos		(19.472)	(698)	(15.658)	(688)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	17.b	-	-	(3.814)	(10)
Prejuízo do exercício		(19.472)	(698)	(19.472)	(698)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores					
Acionistas controladores		(19.472)	(693)	(19.472)	(693)
Acionistas não controladores		-	(5)	-	(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Mel Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício		<u>(19.472)</u>	<u>(698)</u>	<u>(19.472)</u>	<u>(698)</u>
Resultado abrangente do exercício		<u><u>(19.472)</u></u>	<u><u>(698)</u></u>	<u><u>(19.472)</u></u>	<u><u>(698)</u></u>
Acionistas controladores		(21.638)	(693)	(21.638)	(693)
Acionistas não controladores		-	(5)	-	(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Mel Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

em milhares de Reais

Controladora e consolidado							
	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)		43.645	-	(895)	42.750	-	42.750
Subscrição e integralização de capital	18.a	130.251	-	-	130.251	-	130.251
Participação de não controladores		-	-	-	-	1.618	1.618
Ganho na participação relativa de controladas	18.b	-	2.158	-	2.158	-	2.158
Prejuízo do exercício		-	-	(693)	(693)	(5)	(698)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		173.896	2.158	(1.588)	174.466	1.613	176.079
Subscrição e integralização de capital	18.a	257.900	-	-	257.900	-	257.900
Perda na participação relativa de controladas	18.b	-	(2.166)	-	(2.166)	-	(2.166)
Participação de não controladores		-	-	-	-	(1.613)	(1.613)
Prejuízo do exercício		-	-	(19.472)	(19.472)	-	(19.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		431.796	(8)	(21.060)	410.728	-	410.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Mel Holding S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos tributos	(19.472)	(693)	(15.658)	(688)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Juros sobre financiamentos	13	-	8.428	-
Custo de captação sobre financiamentos apropriado ao resultado	13	-	263	-
Custo de captação de debêntures apropriado ao resultado	14	205	205	-
Juros sobre debêntures	14	17.831	17.831	-
Depreciação e amortização	11	-	5.742	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	(6)	-	-
Amortização de direitos de uso	10	-	32	-
Juros sobre passivo de arrendamentos	10	-	154	-
	(1.442)	(91)	16.997	(688)
Redução nos passivos ou (aumento) nos ativos:				
Contas a receber	7	-	(16.184)	584
Outras contas a receber		-	(5)	(12)
Tributos a recuperar		-	(1.576)	(123)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(26)	(1.656)	(38)
Adiantamento a fornecedores		-	9	(16)
Despesas pagas antecipadamente	8	(2.452)	(5.593)	(336)
Fornecedores	12	75	(6.462)	1.069
Obrigações sociais e trabalhistas		-	149	688
Contas a pagar partes relacionadas	23	-	-	(128)
Obrigações tributárias		8	148	279
Outras contas a pagar		2.159	3.730	-
Caixa (utilizados nas) / proveniente das atividades operacionais		(1.678)	(92)	(10.443)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	-	(6.479)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(3.816)	(10)
Fluxo de caixa (utilizados nas) / proveniente das atividades operacionais		(1.678)	(92)	(20.738)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento				
Aporte de capital em investidas	9	(346.407)	(130.142)	-
Cisão parcial controladas, caixa líquido cindido na operação		-	-	3.776
Aquisição de ativo imobilizado	11	-	(6)	(540.732)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		(346.407)	(130.148)	(540.732)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de arrendamentos	10	-	(653)	-
Pagamento de principal de financiamentos	13	-	(140.000)	-
Captação de financiamentos	13	-	316.821	140.000
Captação de debêntures	14	142.000	142.000	-
Custo de captação de financiamentos e debêntures	13/14	(5.903)	(7.565)	(3.554)
Fundos vinculados	6.b	-	(2.105)	-
Integralização de capital	18.a	254.121	254.121	130.251
Pagamento de mútuos - partes relacionadas	23	(42.070)	-	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		348.148	130.251	562.619
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		63	11	1.149
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.a	22	11	22.512
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6.a	85	22	23.661
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		63	11	1.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Serras do Mel Holding (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, município de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como acionista. A relação das empresas Controladas está apresentada na Nota explicativa nº 3. A Companhia é controlada pela Echoenergia Participações S.A que detém 100% de suas ações.

As Controladas possuem seis centrais geradoras de energia eólica situadas nos municípios de Serra do Mel no Estado do Rio Grande do Norte, constituídas de 49 unidades geradoras de 4,2MW médios, totalizando 205,8 MW médios de capacidade instalada. No decorrer do ano de 2021 as Controladas iniciaram suas operações exceto a Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2021, as Controladas possuíam as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Controladas	Portaria	Data de publicação	Capacidade instalada	Garantia física	Prazo de Duração	Início das operações
			(MW Médio)	(MW Médio)		
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	8620/2020	12/03/2020	21 MW	10,9 MW	12/03/2055	Dez/21
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	8615/2020	12/03/2020	33,6 MW	17,6 MW	12/03/2055	Set/21
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	8616/2020	12/03/2020	37,8 MW	18,5 MW	12/03/2055	Dez/21
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	8617/2020	12/03/2020	37,8 MW	18,7 MW	12/03/2055	Set/21
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	8618/2020	12/03/2020	37,8 MW	19,3 MW	12/03/2055	(*)
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	8619/2020	12/03/2020	37,8 MW	20,20 MW	12/03/2055	Nov/21

(*) Previsão de início das operações para o primeiro trimestre de 2022.

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as Controladas possuíam os seguintes contratos de compra e venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Índice de reajuste	Mês de reajuste	Vencimento
EOL Vila Alagoas II	ACL(*)	Variável (**)	IPCA	Janeiro	Dez/2031
EOL Vila Espírito Santo I	ACL(*)	Variável (**)	IPCA	Janeiro	Dez/2031
EOL Vila Espírito Santo II	ACL(*)	Variável (**)	IPCA	Janeiro	Dez/2031
EOL Vila Espírito Santo III	ACL(*)	Variável (**)	IPCA	Janeiro	Dez/2031
EOL Vila Espírito Santo IV	ACL(*)	Variável (**)	IPCA	Janeiro	Dez/2031
EOL Vila Espírito Santo V	ACL(*)	Variável (**)	IPCA	Janeiro	Dez/2031

(*) Ambiente de contratação livre.

(**) As controladas possuem 85% das suas receitas contratadas em face da garantia física total, iniciando-se a partir da entrada em operação em 2021, exceto Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A, a qual tem previsão de entrada em operação para o primeiro trimestre de 2022.

1.3 Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2021, o capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$ 15.998 (R\$42.076 em 31 de dezembro de 2020), no consolidado positivo em R\$ 8.755 (R\$ 129.051 negativo em 31 de dezembro de 2020). O prejuízo de R\$19.472 (R\$698 em 31 de dezembro de 2020) e geração de caixa operacional negativo na Companhia em R\$1.678 (R\$ 92 negativo para 31 de dezembro de 2020), no consolidado negativo em R\$ 20.738, (R\$ 1.269 positivo para 31 de dezembro de 2020). O capital circulante negativo, o prejuízo e a geração de caixa negativa da Companhia e suas Controladas se deve principalmente ao fato ao montante reconhecido das Debêntures no passivo circulante de R\$ 17.131, o qual na data do vencimento, a Companhia terá liquidez para cumprir com a obrigação mediante redução de capital nas investidas, das quais controla 100% das ações.

1.4 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

a. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprovou em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas, quarentena, restrição de atividades, realização de exames médicos e vacinação, restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho *home office* para todos os colaboradores das áreas corporativas, e, também remanejou todas as reuniões presenciais

para *online*, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade.

No projeto em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do COVID-19. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e a Companhia e suas controladas fazem o monitoramento constante da situação. Em caso de suspeita de contaminação, a pessoa e todos que tiveram contato com ela, são colocados em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

b. Impacto nas demonstrações financeiras

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores, e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia e suas controladas atuam.

c. Receita e contas a receber

As receitas da Companhia e suas controladas estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia no ambiente livre, os contratos no setor de energia tem por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber da Companhia, portanto não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

1.5 Reorganização societária

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 07 de dezembro de 2020, as controladas da Companhia procederam com a incorporação de determinados ativos e passivos que estavam inicialmente registrados na Controladora final da Companhia (Echoenergia Participações S.A) que por essência tratavam-se de transações econômicas de suas controladas indiretas Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A, Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A, Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A, Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A, Vila Espírito Santo IV

Empreendimentos e Participações S.A e Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Na referida data ocorreu a cisão dos ativos e passivos da Echoenergia Participações S.A. que em seguida foram incorporados pelas controladas da Companhia nos montantes abaixo demonstrados:

	Vila Alagoas II	Vila Espírito Santo I	Vila Espírito Santo II	Vila Espírito Santo III	Vila Espírito Santo IV	Vila Espírito Santo V
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	4.502	8.552	9.434	402	402	8.066
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	-	64	64	-
Ganhos com derivativos a receber	16.929	27.321	30.482	17.633	17.726	30.770
Total ativo recebido em cisão e incorporado	21.431	35.873	39.916	18.099	18.192	38.836
Passivo						
Ganhos com derivativos realizados – designados como <i>hedge</i>	4.408	7.052	7.934	191	191	7.934
Compromisso firme a realizar – <i>hedgeados</i>	16.929	27.321	30.482	17.633	17.726	30.770
Total passivo recebido em cisão e incorporado	21.337	34.373	38.416	17.824	17.917	38.704
Acervo líquido recebido em cisão e incorporado	94	1.500	1.500	275	275	132

Os acervos líquidos cindidos e incorporados nas controladas, resultaram na diluição de participação da Companhia em suas controladas conforme percentuais de participação demonstrados na nota explicativa nº 3, pois decorrente da movimentação societária a Companhia passa a ter um acionista não controlador detentor dos ativos e passivos cindidos.

Considerando que a movimentação de capital foi toda feita sob controle comum e não ocorreu transferência de contraprestação, a Companhia percebeu o efeito de R\$ 2.158 (ver nota explicativa nº 18.b no patrimônio líquido decorrente de ganho na participação relativa da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

Investidas	% de Participação	PL investidas após a reorganização (*)	Participação em controladas na reorganização	Ganho na participação relativa(*)
Vila Alagoas II Empr. e Participações S.A.	99,76	10.055	9.985	70
Vila Espírito Santo I Empr. e Participações S.A.	98,03	47.743	47.184	559
Vila Espírito Santo II Empr. e Participações S.A.	97,88	13.237	12.019	1.218
Vila Espírito Santo III Empr. e Participações S.A.	99,71	29.526	29.337	189
Vila Espírito Santo IV Empr. e Participações S.A.	99,68	47.561	47.439	122
Vila Espírito Santo V Empr. e Participações S.A.	99,81	69.974	69.974	-
Total		218.096	215.938	2.158

(*) Em decorrência das subscrições e integralizações incorporadas pelas controladas provenientes do novo acionista não controlador.

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 04 de abril de 2021 o acionista não controlador, Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestatégia, deliberou o aporte das ações detidas nas companhias Vila Alagoas II, Vila Espírito Santo I, Vila Espírito Santo II, Vila Espírito Santo III, Vila Espírito Santo IV, Vila Espírito Santo V, na controladora final Echoenergia Participações S.A, a qual por sua vez, aportou na Companhia as respectivas ações, fazendo com que a Companhia novamente adquirisse 100% do controle das Controladas mencionadas no quadro acima.

Considerando que a movimentação de capital foi toda feita sob controle comum e não ocorreu transferência de contraprestação, a Companhia percebeu o efeito negativo de R\$ 2.166 (ver nota explicativa nº 18.b no patrimônio líquido, decorrente da perda na participação relativa da Companhia.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras que são mensuradas a valor justo;
- Instrumentos financeiros derivativos;
- Compromisso firme.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e suas controladas revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. Durante o ano de 2021, não foram identificados ajustes provenientes das revisões das estimativas contábeis utilizadas pela Companhia e suas controladas.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Direito de uso e arrendamentos (nota explicativa nº 10) – principais premissas em relação a definição da taxa implícita nos contratos de arrendamento;
- Imobilizado (nota explicativa nº 11) – principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para custos de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 16) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.
- Instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 24.b) – principais premissas no cálculo do valor justo.

3 Base de consolidação e investimentos em Controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das Controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas Controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras da Serra do mel Holding S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

	Participação societária %			
	2021		2020	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	100 (*)	-	99,76	-
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	100 (*)	-	98,03	-
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	100 (*)	-	97,88	-
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	100 (*)	-	99,71	-
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	100 (*)	-	99,68	-
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	100 (*)	-	99,81	-

(*) Conforme Nota Explicativa nº 1.5.

4 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
---	---

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
---------------------------------------	--

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas Controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas Controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.
- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 24.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

As controladas da Companhia fazem uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge (hedge accounting)*

No início de relacionamentos de *hedge* designados, as controladas documentam o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. As controladas também documentam a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo

se as alterações no valor justo do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente, alcançando assim a efetividade de proteção.

Hedges de valor justo

As controladas adotaram o *hedge* de valor justo, para a proteção contra o risco de moeda estrangeira de compromissos firmes atrelados a compra de ativos imobilizados.

Para os derivativos designados como *hedge* de valor justo, as respectivas variações no valor justo dos instrumentos de proteção são reconhecidas no resultado do exercício, sobre a rubrica, “Outras receitas (despesas) operacionais”

Ao aplicar a contabilidade de *hedge* por meio de valor justo para compromissos firmes, além das oscilações no valor justo do instrumento de *hedge*, que são reconhecidas no resultado, as Controladas, reconheceram também em contrapartida ao resultado as alterações no valor justo desses compromissos firmes, em contrapartida a mesma rubrica em que são reconhecidas as oscilações no valor justo dos instrumentos de *hedge*, ou sejam em “Outras receitas (despesas) operacionais”. A aplicação da contabilidade de *hedge* de valor justo acarreta também no reconhecimento das oscilações do valor justo do passivo proveniente do item protegido, onde caso não fosse aplicada a contabilidade de *hedge* de valor justo, tais oscilações no valor justo desses compromissos firmes não seriam reconhecidas por serem tratadas de passivos executórios. Na data de vencimento da designação da contabilidade de *hedge* de valor justo o saldo reconhecido referente ao valor justo do compromisso firme é transferido para o custo do objeto de *hedge*.

As controladas designam o elemento *spot* do contrato de câmbio a termo como o instrumento de *hedge* do risco cambial, aplicando uma taxa de *hedge* de 1:1. Os elementos futuros dos contratos de câmbio a termo são excluídos da designação de instrumento de *hedge*. A política da Companhia é que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item protegido.

As controladas determinam a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos vencimentos. As Controladas avaliam se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de *hedge* compense mudanças e se foi eficaz na compensação de mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas Controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação quando o parque eólico entrar em operação será calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação e as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

d. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam suas controladas, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia e suas controladas obtiveram por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 16. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: Desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos

arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 10,39% a.a.

e. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia e suas controladas cumprirem as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pelas controladas é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possui características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia e suas controladas tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas anualmente e quadrienalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia e suas controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas, quando aplicável, reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas

controladas devem considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas devem considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia e suas controladas não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas somente aplicam em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas devem avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
 - Reestruturação de um valor devido a Companhia ou a suas controladas em condições que não seria aceita em condições normais;
 - A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
 - O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
- A Companhia e suas controladas, após avaliação, não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

A Companhia e suas controladas não possuíam ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por rentabilidade futura.

g. Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes constituem obrigações advindas de contratos firmados com contrapartes, onde as Controladas recebem recursos financeiros, com a obrigação de entregar energia durante os exercícios de 2022 a 2031.

No reconhecimento inicial os adiantamentos são mensurados com base no valor justo, o qual é equivalente ao valor da contraprestação recebida do cliente em adiantamento.

Por se tratar de um item não monetário, os respectivos valores não sofrerão ajuste a valor presente em períodos subsequentes e serão liquidados mediante a entrega de energia contratada durante o período de contrato.

h. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia e suas controladas apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

j. Juros capitalizados

Os juros de empréstimos e debêntures são reconhecidos no ativo imobilizado das controladas a medida que estes estejam relacionados intrinsecamente com a construção do parque eólico. O reconhecimento cessa a partir do momento em que os ativos estão aptos a produzir e a disposição do Grupo.

e. Arrendamentos

No início de um contrato, as controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, as Controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

As controladas adotaram os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,3% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente as Controladas irão remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, IOF e juros sobre arrendamento. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

5 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

6 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos contas movimento	85	22	1.669	16.493
Aplicações financeiras (i)	-	-	21.992	6.019
Total de caixa e equivalentes de caixa	85	22	23.661	22.512

(i) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração média 99% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2021 (100% em 31 de dezembro de 2020).

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento da Controlada Vila Espírito Santo V, com o Banco do Nordeste (BNB) (Contas Reserva da Dívida), em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

	Consolidado
	31/12/2021
Centralizadora (*)	2.105
Total	2.105

(*) Preenchida mediante aplicação de percentual pré-estabelecido no contrato de financiamento, onde a cada semestre a Controlada poderá sacar os rendimentos e o principal deverá ser manter até o vencimento do financiamento.

7 Contas a receber

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2021</u>
Transações realizadas no MCP CCEE (a) – (c)	15.930
Transações realizadas no ACL (b) – (c)	<u>254</u>
Total	<u>16.184</u>

(a) Mercado de Curto Prazo – (CCEE).

(b) Ambiente de Contratação Livre.

(c) Em 31 de dezembro de 2021, não existem títulos vencidos registrados, todos encontram-se a vencer.

8 Despesas pagas antecipadamente

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Seguros a apropriar (*)	-	-	2.066	356
Fianças (**)	2.452	-	3.883	-
Outras despesas antecipadas	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.462</u>	<u>10</u>	<u>5.959</u>	<u>366</u>
Circulante	2.430	-	4.433	356
Não circulante	32	10	1.526	10

(*) Referente a seguro de responsabilidade civil das obras e fiel cumprimento, nas Controladas.

(**) Os contratos de financiamento das Controladas exigem que as respectivas contratem carta fiança durante o período de vigência dos financiamentos.

9 Investimentos

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos (a)	564.509	216.483
Total	564.509	216.483

a) Investimentos em Controladas

Composição

	2021			
Investidas	% Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	100%	54.930	(1.255)	54.930
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	100%	99.255	5.817	99.255
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	100%	84.639	(1.852)	84.639
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	100%	113.918	747	113.918
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	100%	103.115	(1.939)	103.115
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	100%	108.652	(1.512)	108.652
Total dos investimentos		564.509	6	564.509

	2020			
Investidas	% Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	99,76%	10.033	(166)	10.033
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	98,03%	46.802	(41)	46.802
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	97,88%	12.958	(135)	12.958
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	99,71%	29.439	(89)	29.439
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	99,68%	47.408	(74)	47.408
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	99,81%	69.843	(97)	69.843
Total dos investimentos		216.483	(602)	216.483

Movimentação

	2020	Aumento de capital	Resultado equivalência patrimonial	2021
Investidas				
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	10.033	46.152	(1.255)	54.930
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	46.802	46.636	5.817	99.255
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	12.958	73.533	(1.852)	84.639
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	29.439	83.732	747	113.918
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	47.408	57.646	(1.939)	103.115
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	69.843	40.321	(1.512)	108.652
Total líquido investido	216.483	348.020	6	564.509

	2019 (Não auditado)	Aumento de capital	Resultado equivalência patrimonial	Ganho na participação relativa(*)	2020
Investidas					
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	4.902	5.227	(166)	70	10.033
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	7.740	38.544	(41)	559	46.802
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	8.693	3.182	(135)	1.218	12.958
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	27.360	1.979	(89)	189	29.439
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	27.359	20.001	(74)	122	47.408
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	8.731	61.209	(97)	-	69.843
Total líquido investido	84.785	130.142	(602)	2.158	216.483

(*) Devido a reorganização societária ocorrida em 07 de dezembro de 2020, a Companhia percebeu ganho na participação relativa de controladas

31 de dezembro de 2021						
Investidas	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	56.353	112.293	57.363	54.930	143	(1.255)
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	93.478	209.829	110.574	99.255	20.462	5.817
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	86.630	178.400	93.761	84.639	627	(1.852)
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	113.671	177.278	63.360	113.918	5.348	747
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	105.541	166.312	63.197	103.115	-	(1.939)
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	110.262	196.307	87.655	108.652	3.352	(1.512)
Total	565.935	1.040.419	475.910	564.509	29.932	6

31 de dezembro de 2020

Investidas	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (a)	Lucro / (Prejuízo) (b)
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	10.130	50.513	40.458	10.055	(167)
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	46.285	115.421	67.678	47.743	(42)
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	11.876	76.190	62.953	13.237	(138)
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	29.748	107.688	78.162	29.526	(89)
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	47.770	120.272	72.711	47.561	(74)
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	69.941	110.091	40.117	69.974	(97)
Total	215.750	580.175	362.079	218.096	(607)

- (a) O patrimônio líquido total das controladas atribuível as Companhias em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 216.483 e R\$ 1.613 a não controladores.
- (b) O prejuízo total do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 atribuível a Companhia é de 602 e R\$ 5 a não controladores.

10 Direito de uso e Arrendamentos

As Controladas atuam como arrendatárias em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

Os saldos do direito de uso estão apresentados abaixo:

31/12/2021 – Consolidado					
	Valor líquido em 01/01/2021	Adições (*)	Baixas	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo de direito de uso					
Arrendamento parques eólicos	11.909	4.783	(268)	(449)	15.975
Total do ativo	11.909	4.783	(268)	(449)	15.975

(*) Referente ao reconhecimento dos custos com provisão para desmobilização dos parques eólicos das controladas. Conforme nota explicativa nº 16.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram movimentações de direito de uso, em decorrência do período de carência na fase pré-operacional, conforme acordo contratual.

Composição do saldo de passivo de arrendamentos:

Consolidado	
	31/12/2021
Passivo de arrendamento	11.620
Total	11.620

Circulante	13	-
Não circulante	11.607	11.909

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada abaixo:

31/12/2021 – Consolidado					
	Valor líquido em 01/01/2021	Baixas	Pagamentos	Juros Incorridos	Valor líquido em 31/12/2021
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	11.909	(268)	(653)	632	11.620
Total	11.909	(268)	(653)	632	11.620

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram movimentações de arrendamento, em decorrência do período de carência na fase pré-operacional, conforme acordo contratual.

11 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

Consolidado	31/12/2021				31/12/2020
	Vida útil	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	163.669	-	163.669	421.650
Máquinas e equipamentos	15-30 anos	819.527	(5.742)	813.785	-
Total		983.196	(5.742)	977.454	421.650

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

2021 – Consolidado						
	Saldo em 01/01/2021	Adição	Juros (*)	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em andamento	421.650	541.143	20.397	(819.521)	-	163.669
Máquinas e Equipamentos	-	6	-	819.521	(5.742)	813.785
Total	421.650	541.149	20.397	-	(5.742)	977.454

2020 – Consolidado				
	Saldo em 01/01/2020	Adição	Juros Capitalizados (*)	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em andamento	143.828	276.201	1.621	421.650
Total	143.828	276.201	1.621	421.650

(*) A taxa média dos juros dos financiamentos capitalizados é de 10,97% a.a em 31 de dezembro de 2021 e (4,57% a.a em 31 de dezembro de 2020).

Os ativos imobilizados são dados em garantia em face dos financiamentos e debentures. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa nº 13 e 14.

12 Fornecedores

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços (a)	-	5	1.984	13.028
Compromisso firme (b)	-	-	-	74.603
Seguros a pagar (c)	-	-	2.207	-
Partes relacionadas (d)	-	-	329	-
Provisão para manutenção aerogeradores	-	-	971	-
Outros fornecedores a pagar	100	20	1.075	-
Total	100	25	6.566	87.631

- (a) Refere-se a obrigações referentes a construção e manutenção dos parques eólicos.
- (b) Valor justo das oscilações nos compromissos firmes referentes às aquisições de ativo imobilizado para a construção dos parques das Controladas, reconhecidos em decorrência da aplicação da contabilidade de *hedge* de valor justo. Conforme detalhado na nota explicativa 24.a.
- (c) Referente a seguro de responsabilidade civil das obras e fiel cumprimento, nas Controladas.
- (d) Conforme nota explicativa nº 23.

13 Financiamentos

Empréstimos e financiamentos	Taxa de Juros	Vencimento final	Consolidado	
			2021	2020
Financiamentos Banco Itaú S.A (*)	2,05% a.a. + CDI	Ago/2021	-	138.068
Financiamentos Banco do Brasil (**)	0,96% a.a + IPCA	Jul/2040	252.816	-
Financiamentos Banco BNB (***)	1,82% a.a + IPCA	Jul/2040	81.526	-
Total			334.342	138.067
Circulante			-	138.067
Não circulante			334.342	-

(*) Referente as Companhia Vila Alagoas 2, Vila Espírito Santo I, Vila Espírito Santo II, Vila Espírito Santo V.

(**) Referente as Companhia Vila Alagoas 2, Vila Espírito Santo I Vila Espírito Santo II.

(**) Referente a Companhia Vila Espírito Santo V.

A movimentação dos financiamentos ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos		
Saldo em 1º de janeiro	138.067	-
Captação de financiamentos	316.821	140.000
Juros incorporados à dívida	24.505	1.520
Custo de captação	(1.662)	(3.554)
Custo de captação incorrido	3.090	101
Juros pagos	(6.479)	-
Amortização do principal	(140.000)	-
Saldo em 31 de dezembro	334.342	138.067

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento para o saldo do passivo não circulante:

Vencimento em:	31/12/2021
2023	6.189
2024	14.386
2025	14.386
2026	14.386
2027 a 2040	284.995
Total	334.342

a. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento dos projetos. Os contratos de financiamento para as controladas Vila Alagoas 2, Vila Espírito Santo I Vila Espírito Santo II, têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos. Para a Controlada Vila Espírito Santo V, O contrato de financiamento com o BNB tem como garantia fiança bancária até o final da operação.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia e suas controladas.

Para as controladas Vila Alagoas 2, Vila Espírito Santo I Vila Espírito Santo II, as cláusulas de covenants, são as seguintes:

- (a) Manutenção, até o vencimento do contrato, da Conta Reserva do serviço da dívida.

- (b) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNB.
- (c) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNB, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (d) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- (e) Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

As alíneas a) e d) são aplicáveis após o período de 12 meses após a entrada em operação.

Para a Controlada Vila Espírito Santo V as cláusulas de covenants são as que seguem abaixo:

- (a) Manutenção, até o vencimento do contrato, do fundo de liquidez.
- (b) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNB, distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros acima do mínimo legal obrigatório, exceto se estiver adimplente com suas obrigações não pecuniárias e pecuniárias do presente financiamento.
- (c) Não realizar redução de capital social na Companhia, exceto se respeitado o capital social mínimo da Companhia exigido nos termos do contrato de financiamento.
- (d) Manutenção dos seguros exigidos de acordo com a fase de do projeto.

14 Debêntures

a. Composição das debêntures

Agente fiduciário	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Taxa de Juros	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
					2021	2020
Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	142.000	1.000	IPCA + 5,29% a.a.	Dez/35	154.133	-
Total					154.133	-
Circulante					17.311	-
Não circulante					136.822	-

As debêntures da Companhia têm por característica a não conversibilidade em ações, ou seja, são títulos que não dão direito à conversão em ações da companhia emissora.

As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

d. As movimentações das Debêntures são apresentadas conforme segue:

	Controladora e consolidado 31/12/2021
Saldo inicial	-
Captação de debêntures	142.000
Custo de captação	(5.903)
Custo de captação incorrido	205
Juros incorporados à dívida	17.831
Saldo final	154.133

c. Obrigações contratuais - Covenants

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*) comumente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros e cláusulas qualitativas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

A relação dos *covenants* aplicáveis as debêntures são decorrentes de manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,20 sem caixa para *Completion* e ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior para manutenção da dívida.

Os *Covenants* são medidos anualmente nos exercícios findos em dezembro dos respectivos anos.

d. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos das Debêntures estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	Consolidado
	31/12/2021
2023	7.446
2024	298
2025	298
2026	298
2027 a 2035	128.482
Total	136.822

e. Garantias

As garantias das debêntures são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos debêntures têm como garantias fiança bancária, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos.

15 Adiantamento de clientes

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Recebimento antecipado Matrix (a)	117.545	116.530
Total	117.545	116.530
Circulante	11.767	-
Não circulante	105.778	116.530

- (a) Contrato firmado de venda antecipada de energia incentivada no Ambiente de Contratação livre - (ACL), com os respectivos recursos financeiros recebidos em dezembro de 2020, pelas Controladas Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A, Vila Espírito Santo IV, onde as Controladas têm a obrigação de fornecer energia elétrica a contraparte que transferiu os recursos financeiros de janeiro de 2022 a dezembro de 2031.

16 Provisão para desmobilização – consolidado

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, as controladas têm a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em 2021, as controladas reconheceram o montante de R\$ 4.783 inerentes a custos para a desmontagem do parque com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida.

Devido a esta obrigação ser de longo prazo, o valor reconhecido de R\$ 4.783 em 2021 foi calculado utilizando uma taxa de desconto definida em 10,39%.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

	Provisão para Desmobilização
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Reconhecimento inicial	4.783
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>4.783</u>

17 Imposto de renda e contribuição social correntes

a) Imposto de renda e contribuição social corrente (Controladora)

A Controladora apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e em 31/12/2021 e 2020, apresentava prejuízo fiscal de R\$ 19.478 (R\$ 96 em 31 de dezembro de 2020). Desta forma não apurou IRPJ e CSLL correntes.

	Controladora 31/12/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Apuração do Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(19.472)	(19.472)
Líquido das adições / (exclusões) à base de cálculo	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>
Base de cálculo lucro real	(19.478)	(19.478)
Alíquota nominal	25%	9%
Total lucro real (*)	<u>(4.870)</u>	<u>(1.753)</u>
Alíquota efetiva	25%	9%

	Controladora	
	31/12/2020	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Apuração do Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(698)	(698)
Líquido das adições / (exclusões) à base de cálculo	<u>602</u>	<u>602</u>
Base de cálculo lucro real	(96)	(96)
Alíquota nominal	25%	9%
Total lucro real (*)	<u>(24)</u>	<u>(9)</u>
Alíquota efetiva	25%	9%

(*) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos provenientes de prejuízos fiscais por não possuir perspectiva de lucros tributáveis futuros.

b) Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 3.814, referente as Companhias Vila Espírito Santo I e Vila Espírito Santo III, que perceberam lucros tributáveis, (R\$10 em 31 de dezembro de 2020), referente a Companhia Vila Espírito Santo I.

	Consolidado	
	31/12/2021	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Apuração do Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	15.658	15.658
Líquido das adições à base de cálculo	<u>885</u>	<u>885</u>
Base de cálculo lucro real	11.267	11.267
Alíquota nominal	25%	9%
Total IRPJ / CSLL	<u>2.800</u>	<u>1.014</u>
Alíquota efetiva	25%	9%

	Consolidado 31/12/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Apuração do Lucro real		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(32)	(32)
Líquido das adições à base de cálculo	65	65
Base de cálculo lucro real	33	33
Alíquota nominal	25%	9%
Total IRPJ / CSLL	7	3
Alíquota efetiva	21%	9%

c) Prejuízo fiscal acumulado (Consolidado)

Companhia	2021	2020
Serra do Mel Holding S.A (*)	19.574	96
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A. (**)	1.356	139
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A. (**)	1.850	139
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A. (**)	-	89
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A. (**)	2.058	73
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A. (**)	982	25
Total	25.820	561

(*) A Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos provenientes de prejuízos fiscais acumulados por não possuir perspectiva de lucros tributáveis futuros.

(**) As controladas da Companhia não reconheceram ativos fiscais diferidos advindos de prejuízo fiscal, pelo motivo de que no ano de 2022, optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. Nota explicativa nº 29.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito, autorizado e integralizado é de R\$ 431.796 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 173.896 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 1.300.531 (683.140 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Durante o exercício de 2021 foi integralizado o montante de R\$ 257.900 de capital social, sendo R\$ 254.121 efetivamente em caixa e R\$ 3.779 por meio da reorganização societária, conforme nota explicativa nº 1.5. Em 31 de dezembro de 2020 o montante integralizado foi de R\$ 130.251) efetivamente em caixa.

b. Reserva de capital

Estão sendo reconhecidos em Reserva de Capital, em 31 de dezembro de 2021 a perda na participação relativa de R\$ 2.166, (em 31 de dezembro de 2020, ganho de R\$ 2.158, provenientes das reorganizações societárias ocorrida no exercício de 2021 e 2020, conforme nota explicativa 1.5.

19 Receita operacional líquida

	31/12/2021
Receita bruta de energia elétrica (a)	32.983
Volume gerado em MWh (b)	161.142
PIS	(544)
COFINS	(2.507)
Deduções da receita	(3.051)
Receita operacional líquida	29.932
	Consolidado
	31/12/2021
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	2.441
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	71.641
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	10.408
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	39.562
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	37.090
Total	161.142

(a) Mercado de Curto Prazo – (CCEE).

(b) Conforme cronograma de entrada em operação. Nota explicativa 1.1

20 Custos de operação

	31/12/2021
Depreciação	(5.742)
Amortização de direito de uso	(32)
Engenharia e gestão de processos O&M	(1.678)
Encargos de conexão e Transmissão	(5.358)
Gastos com pessoal	(478)
Serviços de terceiros	(433)
Seguros	(1.084)
Materiais	(72)
Outros	(125)
Total	(15.002)

21 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros	(238)	(76)	(2.768)	(816)
Legais, judiciais e publicações	(172)	(16)	(134)	(203)
Despesas com viagens, reembolsos e ajuda de custo	-	-	-	-
Gastos com pessoal	-	-	(434)	-
Outros	-	(4)	(343)	(102)
Total	(410)	(96)	(3.679)	(1.121)

22 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Rendimento de aplicações financeiras	119	-	2.160	513
Descontos obtidos	-	-	60	-
Receitas financeiras	119	-	2.220	513
Tarifas bancárias	-	-	(136)	(9)
Juros sobre financiamentos	-	-	(8.427)	-
Juros debêntures	(17.831)	-	(17.831)	-
Juros diversos	-	-	(29)	(9)
IOF	(1)	-	(126)	(30)
Juros (Fornecedores)	-	-	-	(6)
Despesas captação de empréstimos e debêntures	(205)	-	(468)	-
Fianças e comissões bancárias	(1.145)	-	(1.463)	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	(154)	-
Outras despesas financeiras	(5)	-	(481)	(26)
Despesas financeiras	(19.187)	-	(29.115)	(80)

23 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia com suas controladas, as quais estão descritas abaixo:

Passivo	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Mútuos financeiros		
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A. (i)	-	20.973
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A. (i)	-	21.097
Total	-	42.070

Passivo	Consolidado
	31/12/2021
Fornecedores	
Echoenergia Participações S.A. – Nota explicativa nº 12	329
Total	329

Resultado	Consolidado
	31/12/2021
Compartilhamento de custos (ii)	(610)
Compartilhamento de despesas (ii)	(1.111)
Total transações no resultado	(1.721)

- (i) Refere-se a mútuos estabelecidos entre a Companhia e suas controladas no valor de R\$ 42.070, não havendo incidência de juros nesta operação. Os respectivos valores foram liquidados em caixa durante o exercício de 2021.
- (ii) As Controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora final Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2022. Os principais gastos compartilhados são:
- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
 - Despesas legais e advocatícias e seguros.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A. e essas despesas são compartilhadas com as demais empresas do Grupo Echoenergia através de política estabelecida.

24 Instrumentos financeiros

As Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem um comitê instaurado permanentemente, que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuaram operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Os derivativos são contratados somente com o intuito de proteger o caixa da Companhia e de suas Controladas para com suas obrigações expostas ao risco cambial.

Classificação dos instrumentos financeiros

		Controladora			
		31/12/2021		31/12/2020	
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	6.a	85	-	22	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	12	100	-	25	-
Debêntures	14	154.133	-	-	-

		Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020	
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	6.a	1.669	-	16.493	-
Aplicações financeiras	6.a	-	21.992	-	6.019
Fundos vinculados	6.b	-	2.105	-	-
Contas a receber	7	16.184	-	-	-
Derivativos a receber	24.a	-	-	-	74.603
Passivos financeiros					
Fornecedores	12	6.566	-	13.028	74.603
Financiamentos	13	334.342	-	138.067	-
Debêntures	14	154.133	-	-	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora						
	Nota	Nível (*)	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	6.a	Nível 2	85	85	22	22
Fornecedores	12	Nível 2	100	100	30	30
Debêntures	14	Nível 2	154.133	154.133	-	-
Total			154.318	154.318	52	52

Consolidado						
	Nota	Nível (*)	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	6.a	Nível 2	23.661	23.661	22.512	22.512
Contas a receber	7	Nível 2	16.184	16.184	-	-
Fundos vinculados	6.b	Nível 2	2.105	2.105	-	-
Derivativos a receber	24.a	Nível 2	-	-	74.603	74.603
Fornecedores	12	Nível 2	6.566	6.566	87.631	87.631
Financiamentos	13	Nível 2	334.342	334.342	138.067	138.067
Debêntures	14	Nível 2	154.133	154.133	-	-
Total			536.991	536.991	322.813	322.813

(*) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

a) Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

Compromisso Firme – Fornecedores indexados à moeda estrangeira

Para o valor justo referente a compromisso firme para aquisição de ativo o imobilizado a precificação ao valor de mercado é feito utilizando-se taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

b. Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

As controladas possuíam compromissos firmes com fornecedores referentes à compra de ativos imobilizado atrelados ao euro, os quais se qualificavam para a aplicação da contabilidade de *hedge*. Com o intuito de proteger o caixa e principalmente o valor justo das oscilações da moeda estrangeira, mantiveram operações com derivativos por meio de *Non-deliverable Forwards* (NDF). Abaixo são demonstradas as respectivas operações com NDFs, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

Serra do Mel Holding S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021*

Controlada	Consolidado em EUR	Valor de referência			Valor justo	
		31/12/2020	31/12/2020	Vencimento (Mês/Ano) (c)	31/12/2020	Efeito acumulado a receber (b)
	Contrato a Termo – NDF	Em EUR	Em R\$ (a)		Em R\$	Em R\$
	Desembolso					
Vila Espírito Santo II Empr. e Participações S. A	Termo líquido	12.581	80.244	mar/21	20.422	20.422
Vila Espírito Santo II Empr. e Participações S. A	Termo líquido	1.328	8.573	set/21	2.086	2.086
Vila Espírito Santo II Empr. e Participações S. A	Termo líquido	1.328	8.530	jul/21	2.106	2.106
Vila Espírito Santo II Empr. e Participações S. A	Termo líquido	332	2.128	jun/21	529	529
Vila Espírito Santo V Empr. e Participações S. A	Termo líquido	1.992	12.728	abr/21	3.214	3.214
Vila Espírito Santo V Empr. e Participações S. A	Termo líquido	2.023	12.903	mar/21	3.284	3.284
Vila Espírito Santo IV Empr. e Participações S. A	Termo líquido	2.444	15.591	mar/21	3.968	3.968
Vila Espírito Santo IV Empr. e Participações S. A	Termo líquido	1.328	8.498	mai/21	2.128	2.128
Vila Espírito Santo IV Empr. e Participações S. A	Termo líquido	1.660	10.641	jun/21	2.645	2.645
Vila Espírito Santo III Empr. e Participações S. A	Termo líquido	6.038	38.511	mar/21	9.801	9.801
Vila Espírito Santo III Empr. e Participações S. A	Termo líquido	1.328	8.530	jul/21	2.106	2.106
Vila Espírito Santo III Empr. e Participações S. A	Termo líquido	1.328	8.548	ago/21	2.093	2.093
Vila Espírito Santo III Empr. e Participações S. A	Termo líquido	332	2.143	set/21	522	522
Vila Espírito Santo I Empr. e Participações S. A	Termo líquido	913	5.823	mar/21	1.482	1.482
Vila Espírito Santo I Empr. e Participações S. A	Termo líquido	664	4.243	abr/21	1.071	1.071
Vila Espírito Santo I Empr. e Participações S. A	Termo líquido	1.328	8.498	mai/21	2.128	2.128
Vila Espírito Santo I Empr. e Participações S. A	Termo líquido	664	4.256	jun/21	1.058	1.058
Vila Espírito Santo II Empr. e Participações S. A	Termo líquido	6.990	44.580	mar/21	11.345	11.345
Vila Espírito Santo II Empr. e Participações S. A	Termo líquido	332	2.143	set/21	522	522
Vila Espírito Santo II Empr. e Participações S. A	Termo líquido	1.328	8.548	ago/21	2.093	2.093
		46.261	295.659		74.603	74.603

(a) Com base no valor a termo.

(b) Com base no valor justo

(c) Com o término das obras de construção do parque eólico no terceiro trimestre de 2021, as controladas para a data de 31 de dezembro de 2021, não mais possuíam contratos para aquisição de equipamentos com seu respectivo valor atrelado a moeda estrangeira, bem como derivativos designados como hedge de valor justo com o intuito de proteger o valor dos respectivos equipamentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os Contratos a Termo – NDF geraram entradas líquidas de caixa no montante de R\$ 80.044 , (R\$ 70.502 em 31 de dezembro de 2020).

Abaixo são demonstrados os valores de ganho ou perda com derivativos, designados com *hedge* de valor justo durante o exercício de 2020, reconhecidos no resultado.

	2021	2021
	Derivativos em EUR	Compromisso firme
	(*)	em EUR (*)
Ganho (a)	80.044	-
(Perda) (b)	-	(80.044)
Resultado líquido com derivativos	80.044	(80.044)

	2020	2020
	Derivativos em EUR	Compromisso firme
	(*)	em EUR (*)
Ganho (a)	145.105	-
(Perda) (b)	-	(145.105)
Resultado líquido com derivativos	145.105	(145.105)

- (a) NDFs designadas como *hedge* de valor justo
(b) Compromisso firme para aquisição de ativo imobilizado (*hedge*)

25 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

Caixa, equivalentes de caixa e contas a receber

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e referentes aos Contratos a Termo - (NDF) *Non-deliverable Forwards* foram administrados pela tesouraria bem como por um Comitê permanente de suas Controladas de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Os derivativos são contratados com bancos que possuem rating entre AA- e AA+, baseado em agências de rating de crédito. A Diretoria de Controladoria em conjunto com o departamento Financeiro, monitoram constantemente o cenário econômico e os índices atrelados aos derivativos contratados.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	85	22	23.661	22.512
Contas a receber	7	-	-	16.184	-
Fundos vinculados	6.b	-	-	2.105	-
Derivativos a receber	24.a	-	-	-	74.603
Total		85	22	41.950	97.115

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2021	Valor	Fluxos de	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5
Controladora	contábil	caixa futuros				anos
Fornecedores	100	(100)	(100)	-	-	-
Debêntures	154.133	(296.798)	(50.815)	(14.811)	(20.902)	(210.270)
Total	154.233	(296.898)	(50.915)	(14.811)	(20.902)	(210.270)

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2021	Valor	Fluxos de	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5
Consolidado	contábil	caixa futuros				anos
Fornecedores	6.566	(6.566)	(6.566)	-	-	-
Debêntures	154.133	(296.798)	(50.815)	(14.811)	(20.902)	(210.270)
Financiamentos	334.342	(500.910)	-	(31.451)	(99.782)	(369.677)
Arrendamentos	11.620	(54.180)	(1.235)	(2.470)	(3.704)	(46.771)
Total	506.661	(858.454)	(58.616)	(48.732)	(124.388)	(626.718)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e de suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de preço na venda de energia

No Ambiente de Contratação Livre - (ACL), as controladas da Companhia procuram vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo *Spot* ou Preço de Liquidação das Diferenças - (PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao (ACL), a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE

Risco de taxas de juros

A Companhia e suas controladas entendem que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco cambial e hedge accounting

As Controladas estavam expostas ao risco cambial proveniente dos compromissos firmes referentes as aquisições de ativo imobilizado para os projetos de Serra do Mel 2. O risco derivava das oscilações entre o Real (R\$) versus Euro (EUR).

A política de gestão de risco cambial da Companhia é fazer *hedging* de 100% da sua exposição esperada em moeda estrangeira, em relação aos seus compromissos futuros. As controladas utilizaram contratos futuros para se proteger do risco cambial. Os compromissos futuros atrelados

à moeda estrangeira tinham seus vencimentos no ano de 2021. Todos os contratos futuros foram designados como *hedge* de fluxo de valor justo

O quadro abaixo demonstra a exposição da Companhia atrelada ao risco cambial em 31 de dezembro de 2020:

Risco cambial atrelado ao EUR		
	Consolidado	
31/12/2020 Consolidado	Até 1 ano em EUR	Até 1 ano em BRL
Compra de ativo imobilizado (*)	46.261	289.922
Contratos futuros utilizados como <i>hedge</i> de valor justo (*)	(46.261)	(289.922)
Exposição líquida	-	-

(*) Com base no valor justo

Análise de Sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação, a Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas nas projeções de longo prazo do Banco Bradesco S.A, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2021	Cenário provável 31/12/2022	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
IPCA (a)	10,03%	5,03%	5,03%	6,29%	7,55%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (b)	4,42%	11,50%	11,50%	14,38%	17,25%

Serra do Mel Holding S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2021

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2021	Sensibilidade				(25%) Redução	(50%) Redução
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%			
Financiamentos	IPCA	(334.342)	(16.817)	(21.022)	(25.226)	(12.613)	(8.409)	
Debêntures	IPCA	(154.133)	(7.753)	(9.691)	(11.629)	(5.815)	(3.876)	
Total		<u>(488.475)</u>	<u>(24.570)</u>	<u>(30.713)</u>	<u>(36.855)</u>	<u>(18.428)</u>	<u>(12.285)</u>	
Risco de redução (ativo)								
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	<u>24.097</u>	<u>2.771</u>	<u>3.464</u>	<u>4.157</u>	<u>2.078</u>	<u>1.386</u>	

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Fonte: Boletim Focus.

(b) Certificado de Depósito Interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

26 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos	9	-	(2.158)	-	-
Aporte de capital em investidas	9	(1.613)	-	-	-
Integralização de capital social	18.a	3.779	-	-	-
Ganho / (Perda) na participação relativa de controladas	18.b	(2.166)	2.158		
(Aumento) redução em imobilizado	13	-	-	16.077	-
Custo de captação incorrido sobre financiamentos	13	-	-	2.827	-
Juros sobre passivo de arrendamento	10	-	-	478	-
(Aumento) redução em imobilizado	11	-	-	(19.382)	-
(Aumento) em ativo de direito de uso	10	-	-	(4.783)	-
Adição de provisão para desmobilização	16	-	-	4.783	-
Aumento (redução) em fornecedores	12	-	-	(74.603)	85.058
(Aumento) redução em derivativos a receber	24.a	-	-	74.603	(74.603)
(Aumento) redução em imobilizado	11	-	-	-	(12.076)
Aumento (redução) em financiamentos	13	-	-	-	1.621
(Aumento) redução em imobilizado	11	-	-	(417)	-
Baixa de ativo de direito de uso	10	-	-	417	-
Adiantamento de clientes	15	-	-	1.015	-
(Aumento) redução em imobilizado	11	-	-	(1.015)	-

27 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, mediante análise das informações prestadas pelos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas não foram identificadas contingências passivas com probabilidade de perdas provável ou possível.

28 Compromissos contratuais e garantias

Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia e suas Controladas para os anos subsequentes.

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2037
(CUST / CCT) (a)	11.951	12.007	12.007	12.007	132.077
Contratos de (O&M) (b)	12130	14266	14870	17.164	188.804
Total	24.081	26.273	26.877	29.171	320.881

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT) e ao uso do sistema de distribuição (CUSD)

Durante toda a operação dos projetos, as controladas irão incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão, e por uso do sistema de distribuição, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) para empreendimentos conectados na rede de distribuição.

Para o exercício de 2022, os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022 (julho/21 a junho/22 para projetos conectados na rede de transmissão e maio/20 e abril/21 para empreendimentos conectados na rede de distribuição), sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses subsequente (julho/22 a dezembro/22 ou maio/22 a dezembro/22).

Para os anos a partir de 2023, os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2021/2022.

b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

As controladas possuem contratos de longo prazo com o objetivo de garantir a operação e manutenção dos aerogeradores dos seus parques.

29 Eventos subsequentes

a) Entrada em operação

A controlada da Companhia Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A iniciou suas atividades de geração e venda de energia no mês de janeiro de 2022.

b) Mudança de regime tributário

Para o exercício de 2021, as controladas da Companhia passaram a adotar o lucro presumido para a apuração do IRPJ e da CSLL e o regime cumulativo para o Pis e a Cofins.

c) Mudança de Controle

Em 28 de Outubro de 2021, foi celebrado um Contrato de Compra e Venda de Ações, entre a Equatorial Energia, na qualidade de compradora, e Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de vendedor, detido por investidores sob a gestão da Actis LLP, onde as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Echoenergia Participações S.A.

A transação estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a este tipo de transação, incluindo, entre outras, (a) aprovação do CADE; (b) anuência de credores com relação à troca de controle direto e/ou indireto da Echoenergia e suas subsidiárias, no âmbito dos contratos de financiamento e instrumentos de garantia celebrados pela Sociedade e suas controladas; e (c) aprovação em assembleia geral da Equatorial nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 03 de março de 2022, com as condições precedentes para a conclusão da operação implementadas, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Echoenergia, pagando o valor total de R\$7.034.084, assumindo assim o controle da Echoenergia Participações e suas controladas diretas e indiretas.